



- |                                     |   |               |             |
|-------------------------------------|---|---------------|-------------|
| <input type="checkbox"/>            | <b>REQUERIMENTO</b><br>( ..... <sup>a</sup> ) | <b>Número</b> | <b>/XIV</b> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <b>PERGUNTA</b><br>( ..... <sup>a</sup> )     | <b>Número</b> | <b>/XIV</b> |

**Assunto: PREVPAP na RTP Porto - Falta de homologação por parte do Ministério das Finanças deixa precários numa situação de vulnerabilidade**

**Destinatário: Ministério das Finanças**

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

O Bloco de Esquerda tomou conhecimento, através de comunicado, que um grupo de trabalhadores precários, a trabalhar em regime de falso “outsourcing” para a RTP-Porto e inscritos no PREVPAP, estariam a aguardar a homologação dos respetivos processos pelo Ministério das Finanças.

De acordo com a informação disponível no referido documento este grupo de precários foi considerado necessidade permanente por parte das Comissões de Avaliação Bipartidas (CAB), tendo sido reconhecido que o vínculo não era adequado e que se encontravam preenchidos todos os requisitos para a sua integração na RTP. É ainda dada nota que, de acordo com a informação da CAB, quer o Ministério do Trabalho, quer o Ministério da Cultura já teriam homologado os processos.

Na verdade, não é o primeiro caso de denúncias de processos pendentes de regularização por falta exclusiva de homologação por parte do Ministério das Finanças.

O grupo de precários alerta ainda que dada a vulnerabilidade em que se encontram pelo facto de serem trabalhadores em regime de falso “outsourcing” têm vindo, nos três últimos anos a ser alvo de represálias através da diminuição dos dias de trabalho e da sua substituição por outros trabalhadores promovida pela empresa de outsourcing que tem colocado estes trabalhadores a fazer turnos seguidos para não recorrer aos seus serviços.

É de salientar, consoante mencionam no documento em apreço, que esta situação se verifica ao arrepiro Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2020, de 01/07/2020, que determina a fixação de prazos para a conclusão dos procedimentos referentes ao programa PREVPAP. Ainda que assim não fossem nada justifica que concluída a análise dos processos por parte das CAB seja o Ministério das Finanças a manter situações de precariedade e identificadas como irregulares que colocam os trabalhadores numa situação de enorme desproteção e permeabilidade a práticas assediantes lesivas dos seus direitos e dignidade.



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

---

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro das Finanças as seguintes perguntas:*

1. O Ministério das Finanças tem conhecimento desta situação?
2. Qual o motivo para que estes processos estejam pendentes de homologação unicamente por parte do Ministério das Finanças, ultrapassando todos os prazos razoáveis?
3. Em que prazo vai a tutela regularizar esta situação?
4. De que forma pretende assegurar a tutela que os trabalhadores não são lesados em virtude desta falta de homologação dos processos?

Palácio de São Bento, 15 de julho de 2020

**As/lo deputadas/o**

**José Soeiro**

**Isabel Pires**

**Jorge Costa**